

Com fome, doamos Áustrias

Herbert de Souza

O Brasil nasceu devendo mas nunca deveu tanto como agora, US\$ 115 bilhões. O Brasil já exportou muita riqueza para fora, mas nunca pagou tanto por isso: nos últimos 5 anos pagou aos banqueiros internacionais US\$ 64 bilhões a título de juros, amortizações e remessa de lucros! Incrível esse país e os governos que temos. São capazes de governar um povo com um salário mínimo de US\$ 45, 40 milhões de pessoas em estado de miséria absoluta e enviar só de juros a cada 5 anos o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) de um país europeu. O Brasil envia uma Áustria para os banqueiros internacionais a cada 5 anos (PIB da Áustria em 1984, US\$ 64 bilhões) e US\$ 10 bilhões a mais que o PIB de uma Noruega ou Dinamarca!

Com tal sangria de riquezas não há por que se surpreender com a crise econômica e social, com o déficit público, a cara interna da dívida externa, com a incapacidade de qualquer ministro da Fazenda e qualquer política econômica em realizar os seus planos cruzados, com o desespero de todos os economistas que ficam buscando saída onde só tem beco.

O que surpreende realmente é que alguém possa pensar em resolver os graves problemas do país sem primeiro resolver essa questão primária, de senso comum: como enviar uma Áustria para fora e atender uma miséria absoluta aqui dentro? Com que recursos? Seria possível pensar um país do chamado Terceiro Mundo capaz de semelhante proeza? Nem os Estados Unidos. Ou pensando de outra forma, com uma Áustria podemos resolver os problemas de quantos nordestes e baixadas fluminenses?

Na época do Plano Cruzado pudemos ver uma contradição específica desse tipo de desenvolvimento amarrado à lógica do capital mundial quando Funaro tentou um projeto centrado no mercado interno: os banqueiros internacionais demitiram o ministro e o sistema produtivo interno não resistiu ao duplo esforço de pagar os juros e produzir para dentro.

Antigamente os economistas nos diziam que um país só se desenvolvia através de recursos internos ou externos, ou dos dois. Já sabemos que os externos não vêm, vão. E não temos como poupar recursos se exportarmos praticamente tudo para o sistema financeiro internacional. Está aí, em termos capitalistas, o caminho da recessão que todos temem e quase ninguém evita.

Mas o governo nos reservou, aos civis e militares, outro tipo de surpresa. O Maílson descobriu que a causa da desgraça nacional reside no déficit público e que o principal problema do déficit governamental estava no salário dos funcionários e

propôs então congelar a URP por 3 meses para dar um respiro nas agruras do orçamento. A lógica era realmente tão concreta quanto o feijão com arroz, mas os militares também não gostaram, porque felizmente descobriram que são funcionários públicos e que seus salários são pagos pelo orçamento público, uma criatura que o ministro não sabia como fazer crescer. O ministro deveria saber que quando a economia encolhe o orçamento não pode crescer. É feijão com arroz.

Chegamos ao impasse característico do tipo de pensamento que se recusa a ver o todo para sacrificar só uma das partes, quando as partes deixam. Não creio que seja possível pensar a economia do Brasil sem pensar sua articulação com a economia mundial. Essa articulação no entanto, mesmo fazendo a opção pelo capitalismo, não necessita abdicar do conceito de soberania e do dever de responder primordialmente às necessidades dos brasileiros e brasileiras habitantes do país. Os Estados Unidos e o Japão fazem isso.

Como oitavo PIB do mundo somos uma parte tão substantiva desse sistema que fomos capazes de ficar devendo US\$ 115 bilhões. Mas a que preço. Nossa indústria, com raras exceções, é uma força de expressão que se chama empresa nacional de capital estrangeiro. Nossa agricultura produz e vive para fora, em corredores de exportação. O dólar paralelo é a verdadeira OTN na definição dos preços de cada dia (menos do salário) e é por tudo isso que somos capazes de enviar tantos bilhões para fora quando o ministro da Fazenda não sabe como pagar o funcionalismo aqui dentro. Merecia ser despedido por falta de verba ou justa causa.

Realmente não é possível centrar a discussão na inflação, déficit público, URP, congelamento salarial e outros problemas sem primeiro e antes responder a essa questão: podemos fazer remessas líquidas de bilhões de dólares para o sistema financeiro internacional, sem receber em contrapartida bilhões em empréstimos, refinanciamentos e novos investimentos e ao mesmo tempo enfrentar nossos problemas econômicos, sociais e políticos?

A resposta parece óbvia e a solução não passa pelo caminho do avestruz. Chegou o momento do governo Sarney, antes de terminar o que lhe resta de tempo, dizer à sociedade brasileira de que lado está, se do Brasil ou dos banqueiros. Até agora já sabemos a resposta. Mas é fundamental lembrar que uma questão de tamanha importância não pode ficar por conta de quem já demonstrou que não fez nem fará nada a não ser pagar a dívida se tiver dólares para isso. A decisão maior sobre a dívida deve passar pelo Congresso, de quem se espera um compromisso real com o Brasil. E aqui é bom lembrar: no parlamentarismo a sociedade brasileira viria em primeiro lugar.